

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo legislações complementares, súmulas e jurisprudências, até a data da publicação do Edital.

**CONHECIMENTOS GERAIS
PARA TODOS OS CARGOS/ESPECIALIDADES
(NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO)**

Língua Portuguesa:

Domínio da ortografia oficial. Emprego da acentuação gráfica. Emprego dos sinais de pontuação. Emprego do sinal indicativo de crase. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Morfossintaxe. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas). Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. Figuras de linguagem. Discurso direto, indireto e indireto livre. Adequação da linguagem ao tipo de documento.

Legislação Específica aplicada ao Ministério Público da Paraíba:

Lei Complementar nº 97/2010, e alterações posteriores (Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba). Lei nº 10.432, de 20 de janeiro de 2015 e alterações posteriores (Dispõe sobre o regime jurídico, os cargos, a carreira e a remuneração dos servidores públicos do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado da Paraíba). Resolução do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça nº 04/2013 e alterações posteriores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA MINISTERIAL – ANALISTA DE SISTEMAS: ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS

1. Administração de Banco de Dados. 2. Projeto lógico e físico de banco de dados. 3. Modelagem de dados relacional e orientada a objetos. 4. Análise e tratamento de vulnerabilidades. 5. Arquitetura de Banco de Dados. 6. Conceitos de Stored Procedure e Triggers. 7. Controle de acesso a Bancos de Dados. 8. Gerência de falhas no ambiente de produção. 9. Linguagem SQL ANSI (DDL, DML, DCL, DTL, DQL, Operadores e Funções). 10. Modelagem semântica, conceitual, física e lógica. 11. Plano de contingência. 12. Segurança em Bancos de Dados. 13. Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBD): PostgreSQL 14, MySQL e Oracle (últimas versões). 13.1. Instalação, configuração e administração em ambiente Linux Kernel 4.0. 14. Data Warehouse e Data Mining. 15. Normalização. 16. Replicação de banco de dados; performance e tuning: índices e otimização de acesso, otimização de código SQL ANSI, uso do join, union, exists e subconsultas, desempenho e detecção de problemas. 17. Arquitetura de desenvolvimento da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br: 17.1. Linguagem de programação Java; 17.2. Arquitetura distribuída de microsserviços; API RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; Spring Eureka; Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway; 17.3. Persistência; JPA 2.0; Hibernate 4.3 ou superior; Hibernate Envers. Biblioteca Flyway; 17.4. Serviços de autenticação; SSO Single Sign On; Keycloak; Protocolo OAuth2 (RFC 6749); 17.5. Mensageria e Webhooks; Message Broker; RabbitMQ; Evento negocial; Webhook; APIs reversas; 17.6. Ferramenta de versionamento Git; 17.7. Ambiente de clusters; Docker; Kubernetes; 17.8. Ferramentas de orquestração de containeres; Rancher; 17.9. Deploy de aplicações, Continuous Delivery e Continuous Integration (CI/CD). 18. Normativos da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br: 18.1. Resoluções CNJ: 91/2009 (Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário), 335/2020 (Política Pública para a Governança e a Gestão de Processo Judicial Eletrônico) e 396/2021 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário). 18.2. Portarias CNJ n. 252/2020 (Modelo de Governança e Gestão da Plataforma Digital do Poder Judiciário), 253/2020 (Critérios e Diretrizes Técnicas para o Processo de Desenvolvimento de Módulos e Serviços na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro), 131/2021 (Grupo Revisor de Código-Fonte das soluções da Plataforma Digital do Poder Judiciário e do Processo Judicial Eletrônico) e 162/2021 (Protocolos e Manuais referentes à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário). 19. Legislação de privacidade e dados pessoais: Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). 20. Modelagem de processos de negócio e BPMN. 21. Visão do PMBOK 5ª edição. 22. Fundamentos da ITIL v3. 23. Fundamentos de COBIT 5.

ANALISTA MINISTERIAL – ANALISTA DE SISTEMAS: DESENVOLVEDOR

1. Análise e projeto orientado a objetos e estruturas de dados. 2. Ciclo de vida de software. 3. Análise de requisitos funcionais e não funcionais. 4. Modelagem UML 2.0. 5. Padrões de projeto. 6. Processo de desenvolvimento de software. 6.1. Processo unificado de software. 6.2. Processo iterativo e incremental. 6.3. Metodologias ágeis: SCRUM. 7. Desenvolvimento de sistemas web: JavaScript, HTML/HTML5, CSS3. Frameworks JavaScript: React e Angular. AJAX e JQuery. 8. Desenvolvimento Java para Web: 8.1. Java EE e frameworks. 8.1.1. Frameworks JSF 2. 8.2. JDBC. 8.3. Noções e conceitos de desenvolvimento para dispositivos móveis. 9. Interoperabilidade de sistemas. 9.1. Arquitetura orientada a serviços e Web Services. 9.2. Arquitetura de software em 3 Camadas: modelo MVC. 9.3. Arquitetura de aplicações para ambiente web. 9.3.1. Servidor de aplicações. Servidor Web. 9.4. Padrões XML/XSD, WSDL

e SOAP. 10. Arquitetura de desenvolvimento da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br: 10.1. Linguagem de programação Java; 10.2. Arquitetura distribuída de microsserviços; API RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; Spring Eureka; Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway; 10.3. Persistência; JPA 2.0; Hibernate 4.3 ou superior; Hibernate Envers. Biblioteca Flyway; 10.4. Serviços de autenticação; SSO Single Sign On; Keycloak; Protocolo OAuth2 (RFC 6749); 10.5. Mensageria e Webhooks; Message Broker; RabbitMQ; Evento negocial; Webhook; APIs reversas; 10.6. Ferramenta de versionamento Git; 10.7. Ambiente de clusters; Docker; Kubernetes; 10.8. Ferramentas de orquestração de containeres; Rancher; 10.9. Deploy de aplicações, Continuous Delivery e Continuous Integration (CI/CD). 11. Normativos da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br: 11.1. Resoluções CNJ: 91/2009 (Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário), 335/2020 (Política Pública para a Governança e a Gestão de Processo Judicial Eletrônico) e 396/2021 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário). 11.2. Portarias CNJ n. 252/2020 (Modelo de Governança e Gestão da Plataforma Digital do Poder Judiciário), 253/2020 (Critérios e Diretrizes Técnicas para o Processo de Desenvolvimento de Módulos e Serviços na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro), 131/2021 (Grupo Revisor de Código-Fonte das soluções da Plataforma Digital do Poder Judiciário e do Processo Judicial Eletrônico) e 162/2021 (Protocolos e Manuais referentes à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário). 12. Conceitos de testes de software. 12.1 Verificação e validação, tipos de teste (unidade, integração, funcional, aceitação, carga, desempenho, etc.). 12.2 Testes de unidade em Java com JUnit 4. 12.3 Automatização de testes funcionais com Selenium. 13. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados Relacional. 13.1. Modelo lógico. 13.2. Modelo físico. 13.3. Modelo relacional. 13.4. Linguagem SQL (DDL/DML). 13.5. PostgreSQL 14. 14. Gerência de Projetos. 15. Modelagem de processos de negócio e BPMN. 16. Visão do PMBOK 5ª edição. 17. Fundamentos da ITIL v3. 18. Fundamentos de COBIT 5.

ANALISTA MINISTERIAL – ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social:

Institucionalização do serviço social ao movimento de reconceitualização na América Latina, em particular no Brasil. 1.1 Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão em seus distintos contextos históricos. 1.2 Redimensionamento da profissão ante as transformações societárias. 1.3 Condições e relações de trabalho, espaços sócio-ocupacionais e atribuições. 2. Fundamentos éticos, ética profissional e legislação específica: O projeto ético-político do serviço social e seus desafios (Lei de regulamentação da profissão, código de ética profissional, diretrizes curriculares dos cursos de serviço social, resoluções do Conselho Federal de Serviço Social). 2.1 Lei nº 8.662/1993 e suas alterações (Lei de regulamentação da profissão de assistente social). 2.2 Resolução CFESS nº 273/1993 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Assistente Social). 2.3 Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). 3. A dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional: Formulação de projeto de intervenção profissional e seus aspectos teóricos e metodológicos. 3.1 Fundamentos, instrumentos e técnicas de pesquisa social. 3.2 O planejamento como processo técnico-político. 3.3 Concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos. 3.4 Assessoria, consultoria e supervisão em serviço social. 3.5 O serviço social e o campo sociojurídico. 3.6 O Serviço Social e atuação no Ministério Público. 4. A dimensão técnico-operativa do serviço social: Concepções e debates sobre instrumentos e técnicas. 4.1 Entrevista, visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva. 4.2 Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social. Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar. 5. Questão social e direitos de cidadania: Formas de expressão, enfrentamento e serviço social. 6. Política social: Fundamentos, história e políticas. 6.1 Segurança social no Brasil. 6.2 Relação Estado/sociedade; contexto atual e neoliberalismo. 6.3 Políticas de saúde, de assistência social e de previdência social. 6.4 Políticas sociais setoriais (Educação, habitação, trabalho, políticas urbanas e rurais, meio ambiente e respectivas legislações). 6.5 Políticas e programas sociais dirigidas aos segmentos (Crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, homens, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas com transtorno mental, pessoas vítimas de violência, pessoas em situação de rua, população LGBTQIA+, usuários de álcool e outras drogas, direitos das pessoas vítimas de HIV, e respectivas legislações). 6.6 Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente. 6.7 Concepções e modalidades de família, estratégias de atendimento e acompanhamento. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 6.8 Defesa de direitos da criança e do adolescente. 6.9 O papel dos conselhos, dos centros de defesa e das delegacias, do Ministério Público e Judiciário. 6.10 Adoção e guarda. 6.11 Violência contra crianças e adolescentes. 6.12 Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e no tráfico de drogas; turismo sexual. 6.13 Extermínio, sequestro e tráfico de crianças. 6.14 Trabalho Precoce (Trabalho Infantil). 7. Legislação social: Constituição Federativa do Brasil e leis da seguridade social. Lei nº 8.212/1991 e suas alterações (Lei Orgânica da Seguridade Social); 7.1 Lei nº 8.080/1990 e suas alterações (Lei Orgânica da Saúde); Lei nº 8.213/1991 e suas alterações (Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências); 7.2 Lei nº 8.742/1993 e suas alterações (Lei Orgânica da Assistência Social) e suas alterações; 7.3 Lei nº 12.435/2011 (Sistema Único de Assistência Social); NOB/SUAS; NOB SUAS/RH. 7.4 Normas Técnicas sobre Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. 8. Legislação social para áreas/segmentos específicos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – Lei nº 9.394/1993 e suas alterações); 8.1 Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 8.2 Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006 e suas alterações); 8.3 Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH); 8.4 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE; Lei n 12.594/2012); 8.5 Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD); 8.6 Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014); 8.7 Lei 13.718/2018 (Tipifica e introduz modificações nos crimes contra a dignidade sexual); 8.8 Lei da escuta protegida (Lei nº 13.431/2017); 8.9 Lei Henry Borel (Lei nº.

14.344/2022); 8.10 Formas Alternativas de resolução de conflitos; 8.11 Lei nº 13.431/2017; 8.12 Resolução CNJ nº 299/2019 (Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431/2017). 8.13 Decreto nº 9.603/2018 que regulamenta a Lei nº 13.431/2017. 8.14 Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). 8.15 Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013); 8.16 Lei nº 7.716/1989 (e suas alterações).

ANALISTA MINISTERIAL – PSICOLOGIA

1. Ética profissional. Legislação de Psicologia. Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. 2. Avaliação psicológica e psicodiagnóstico. Fundamentos e etapas da medida psicológica. Instrumentos de avaliação. Critérios de seleção, avaliação e interpretação dos resultados. Técnicas de entrevista. Laudos, pareceres e relatórios psicológicos. 3. Teorias e Técnicas psicoterápicas. 4. Psicologia da saúde. Ações básicas de saúde: Promoção; Prevenção; Reabilitação. 5. Saúde Mental. Psicopatologia. Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais-DSM V. 6. Psicologia e Organizações. Psicodinâmica do trabalho. Saúde no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão e desenvolvimento de pessoas. Liderança. Motivação. 7. A Psicologia Jurídica e seus aspectos éticos e interdisciplinares. Campos de atuação da Psicologia Jurídica. O trabalho interdisciplinar na Psicologia Jurídica. 8. A Psicologia e sua relação com o Direito de Família: possibilidades de intervenção. 9. Famílias contemporâneas. As relações familiares, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos e alienação parental. 10. Violência intrafamiliar. Violência de gênero. 11. Abuso sexual. 12. Adoção. 13. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Proteção integral à infância e juventude. A criança e o adolescente em acolhimento institucional. 14. Psicologia Social. Grupos em vulnerabilidade social. Atendimento e intervenções psicossociais. 15. Políticas Públicas. Programas sociais.

TÉCNICO MINISTERIAL:

Noções de Direito Constitucional:

1. Dos Princípios Fundamentais; 2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade; Dos Direitos Políticos; 3. Da Organização do Estado: Da Organização Político-Administrativa; Da União; Dos Estados Federados; Dos Municípios; 4. Da Administração Pública: Disposições Gerais; Dos Servidores Públicos; 5. Da Organização dos Poderes: Do Poder Judiciário: Disposições Gerais; Do Supremo Tribunal Federal; Do Superior Tribunal de Justiça; Dos Tribunais e Juízes Eleitorais; Dos Tribunais e Juízes do Estado; 6. Das Funções Essenciais à Justiça.

Noções de Direito Administrativo:

1. Administração Pública. Regime Jurídico-Administrativo. 2. Princípios Norteadores da Administração Pública. 3. Organização Administrativa: Administração Direta e Indireta. 4. Deveres e Poderes da Administração. Poder de Polícia. 5. Atos Administrativos: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies e extinção dos atos administrativos. 6. Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999). Procedimento Administrativo Disciplinar. 7. Licitações, Contratos e Convênios Administrativos (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021). 8. Agentes Públicos. 9. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). 10. Bens Públicos. 11. Serviços Públicos. 12. Controle da Administração Pública. 13. Responsabilidade Civil do Estado.

Noções de Direito Civil:

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; 2. Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e da Capacidade, Dos Direitos da Personalidade; 3. Das Pessoas Jurídicas; 4. Do Domicílio; 5. Dos Bens; 6. Dos Fatos Jurídicos; 7. Da Responsabilidade Civil; 8. Direito das Coisas: Da Posse, Da Propriedade, Dos Direitos de Vizinhança; 9. Do Direito de Família: do Casamento (Disposições Gerais e Da Proteção da Pessoa dos Filhos); Das Relações de Parentesco; Do Usufruto e da Administração dos Bens de Filhos Menores. Dos Alimentos; Da União Estável; Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada.

Noções de Direito Processual Civil:

1. Das Normas Fundamentais do Processo Civil. 2. Da Jurisdição e da Ação: conceito, natureza e características; 3. Das Partes e dos Procuradores; 4. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça; 5. Do Ministério Público; 6. Dos Atos Processuais; 7. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo; 8. Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença: do procedimento comum; 9. Inquérito Civil; 10. Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).

Noções de Direito Penal:

1. Princípios de Direito Penal; 2. Da Aplicação da Lei Penal; 3. Do Crime; 4. Da Imputabilidade Penal; 5. Do Concurso de Pessoas; 6. Das Penas; 7. Da Extinção da Punibilidade; 8. Dos Crimes Contra a Pessoa; 9. Dos Crimes Contra o Patrimônio; 10. Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual; 11. Dos Crimes Contra a Fé Pública; 12. Dos Crimes Contra a Administração Pública; 13. Dos Crimes em Licitações e Contratos Administrativos; 14. Dos Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997); 15. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006); 16. Dos crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 17. Dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89); 18. Dos crimes contra a pessoa idosa (Lei nº 10.741/2003); 19. Dos crimes da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006); 20. Dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98).

Noções de Direito Processual Penal:

1. Princípios Gerais: Aplicação da Lei Processual no Tempo, no Espaço em Relação às Pessoas; 2. Do Inquérito Policial; 3. Da Ação Penal; 4. Do Acordo de Não Persecução Penal; 5. Da Competência; 6. Da Prova; 7. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça; 8. Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória; 9. Lei da Prisão Temporária (Lei nº 7.960/1989); 10. Das Citações e Intimações; 11. Da Sentença. 12. Das

Nulidades e dos recursos em geral; 13. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995); 14. Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013); 15. Investigação Criminal pelo Ministério Público (Resolução nº 181/2017 do CNMP e Resolução CPJ nº 017/2018 do MPPB).